

Boletim Econômico – APLO/APE

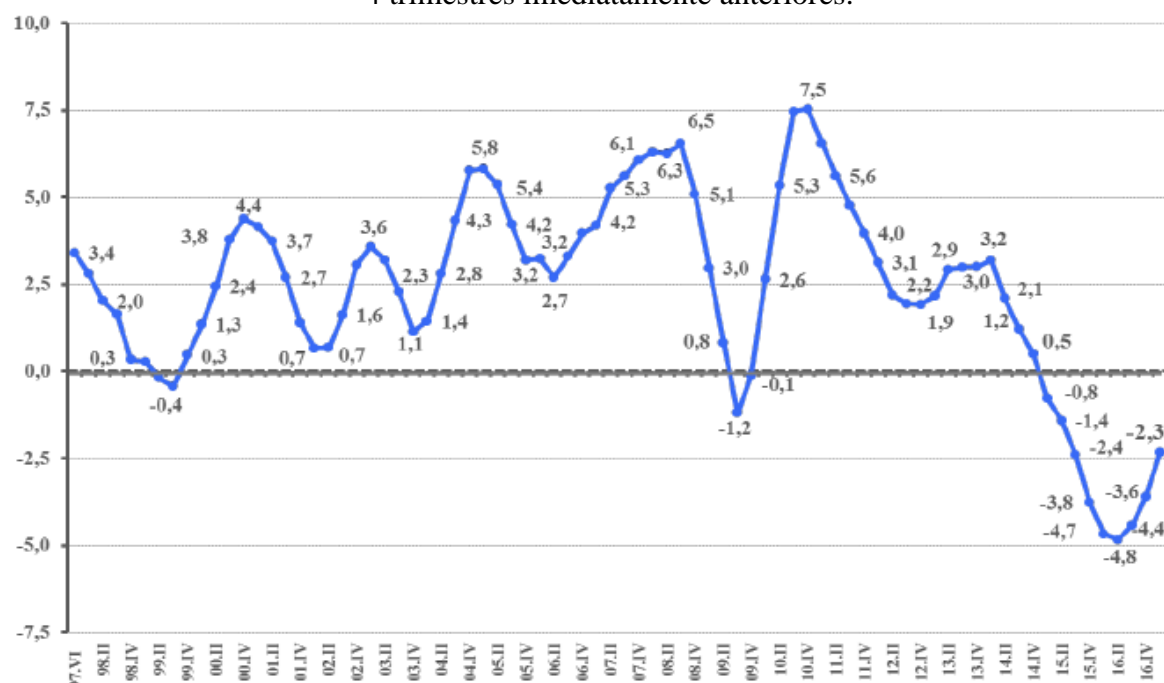
Junho de 2017 – publicação Nº 2

A mudança no ambiente político interno a partir da segunda quinzena de maio elevou o grau de incerteza com relação ao desempenho da atividade econômica do país. Embora os sinais de recuperação da economia brasileira fossem fracos, a maior parte dos analistas econômicos concordavam com o término do processo recessivo, mas, com as novas turbulências na política nacional, passa a ficar cada vez mais distante a retomada do crescimento econômico.

O resultado do PIB no 1º trimestre e as expectativas para 2017

O PIB apresentou crescimento de 1,0% na comparação do primeiro trimestre de 2017 contra o quarto trimestre de 2016, levando-se em consideração a série com ajuste sazonal. Quando comparado a igual período do ano anterior, o PIB caiu 0,4% no primeiro trimestre de 2017, o décimo segundo resultado negativo consecutivo nesta base de comparação. O PIB acumulado nos quatro trimestres terminados em março de 2017 apresentou queda de 2,3% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores. Trata-se do nono resultado negativo consecutivo. A taxa no primeiro trimestre de 2015 (-0,8%) foi a primeira negativa desde o quarto trimestre de 2009. No segundo e terceiro trimestres do ano, o PIB voltou a sofrer contração nesta base de comparação (-1,4% e -2,4%, respectivamente), encerrando o ano com queda de 3,8%. Porém, a trajetória recente dos principais indicadores econômicos aponta um cenário de estabilização e perspectiva de retomada, mesmo que gradual, da atividade econômica.

Taxa (%) acumulada nos últimos 4 trimestres, comparado com os 4 trimestres imediatamente anteriores.



Nos três primeiros meses do ano, a FBCF (Formação Bruta de Capital Fixo) recuou 1,6% em relação aos três meses anteriores, feito o ajuste sazonal, desempenho pior do que o esperado por boa parte do mercado. Nos últimos 14 trimestres, a FBCF caiu em 13. A exceção foi o segundo trimestre do ano passado, quando houve alta de 0,1%. A FBCF (aquisição de máquinas, equipamentos, investimento na construção civil e inovação), sem dúvida, é o principal agregado macroeconômico que demonstra as expectativas dos empresários com relação ao futuro da economia.

Boletim Econômico – APLO/APE

Junho de 2017 – publicação Nº 2

Antes da nova crise política e da divulgação do resultado do PIB do primeiro trimestre, o Boletim Focus apontava para um crescimento de 1,5% no ano. Agora, o último Boletim indica um crescimento não superior a 0,5%.

Arrecadação do ICMS do Estado

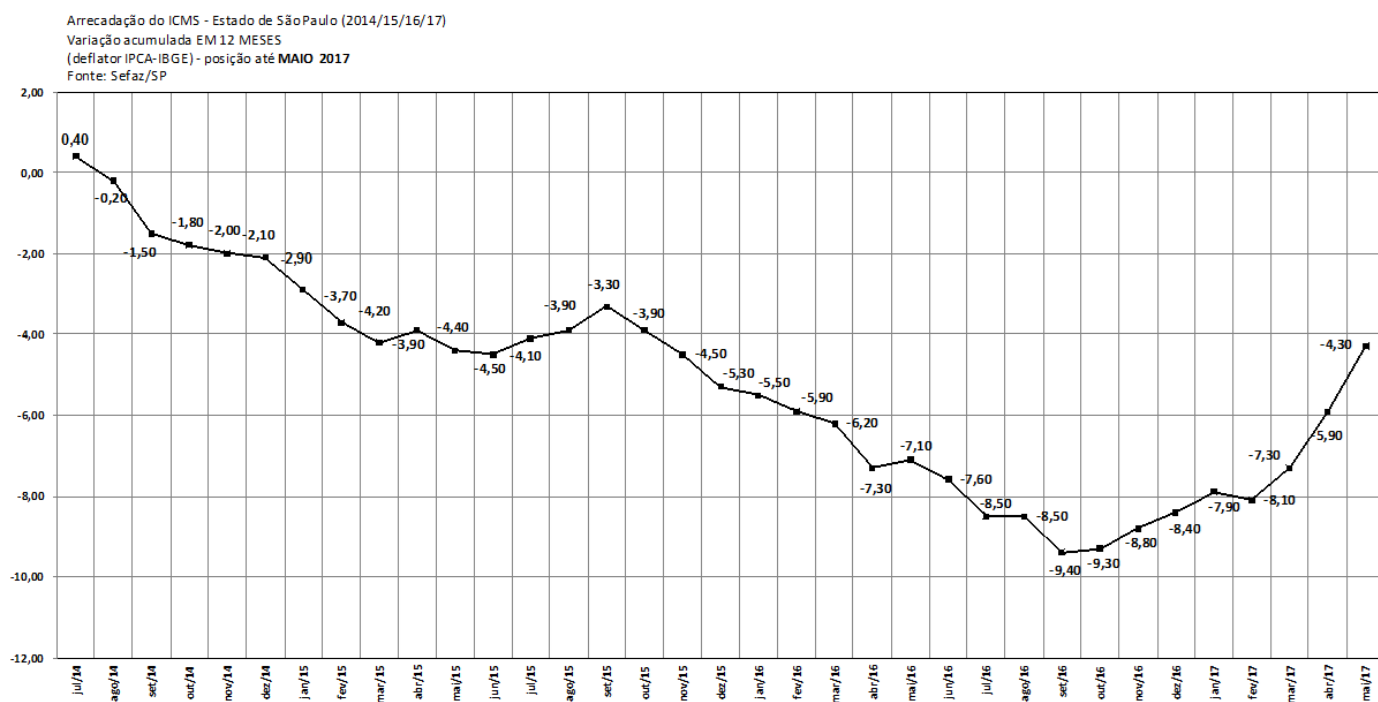
A recessão continua fazendo um estrago e tanto sobre as contas públicas. A arrecadação do ICMS em maio atingiu R\$7.438,4 milhões já descontadas a cota parte dos municípios e incluídas as receitas extraordinárias do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI e do Programa Especial de Parcelamento – PEP.

Em abril, o valor arrecadado foi de R\$7.794,4 milhões (valores correntes). Em relação ao mesmo mês de 2016, houve um aumento de 1,4% deflacionado pelo IPCA/IBGE.

A arrecadação acumulada nos doze meses terminados em maio apresentou uma queda de 4,3% em comparação aos doze meses imediatamente anteriores, deflacionados pelo IPCA/IBGE.

O índice retrata um setor industrial ainda insatisfeito com o cenário atual de negócios em vista do lento avanço no nível de produção e da piora da percepção sobre a demanda.

No acumulado do ano, 30% da arrecadação foi de responsabilidade do setor denominado preços administrados, composto pelos setores: Produção e Distribuição de Combustíveis, Produção e Distribuição de Energia Elétrica e Serviços de Comunicação. A indústria de transformação ficou com 32,8% (metalúrgica, indústria têxtil, produtos químicos, outros setores), comércio e serviços com 33,5% (comércio atacadista, revendedora de veículos, supermercados e lojas de departamentos) e os demais setores com 3,7%, inclusive agropecuária (0,2%).



Boletim Econômico – APLO/APE

Junho de 2017 – publicação Nº 2

Liberações Financeiras e Comprometimento com a Folha de Pagamento

De acordo com o quadro 1, as liberações financeiras à Unesp no acumulado até junho somaram R\$1,075 bilhão para cobrir uma folha de pagamento bruta, de R\$1,077 bilhão. Até junho, o valor da folha bruta correspondia a 100,2% do total liberado.

No mesmo período do ano passado (janeiro a junho/16), o índice de comprometimento acumulado da folha de pagamento com as liberações financeiras era de 101,92%, portanto, 1,7 ponto percentual acima do corrente ano. Desde maio/2016 que o acumulado em 12 meses é igual ou superior a 100% de comprometimento. Como consequência, as reservas financeiras foram gradativamente diminuindo até atingir um valor insuficiente para garantir o provisionamento do 13º salário de 2017.

Várias iniciativas estão sendo feitas com intenção de buscar recursos extra-limite, inclusive solicitação de audiência com o Governador do Estado para demonstrar as dificuldades orçamentárias em 2017. No mês de junho, o Secretário de Planejamento e da Casa Civil receberam o Reitor da Unesp para conhecer tais problemas. O CRUESP, por sua vez, encaminhou ofício ao Secretário da Fazenda solicitando o repasse financeiro (desde 2016) dos royalties do petróleo, dos quais as universidades têm direito, de acordo com a Lei Estadual Nº16.004 de 23 de novembro de 2015.

Outras iniciativas da Unesp e do CRUESP ocorreram na esfera do poder legislativo (Alesp – Assembleia Legislativa de São Paulo). A primeira, foi a proposta de emenda parlamentar Nº 866 ao projeto da LDO/2018, elevando o índice das universidades de 9,57% para 9,95% (no caso da Unesp, de 2,3447% para 2,5177%, ou R\$160 milhões, a preços de hoje). A segunda, foi a realização do I Fórum entre Gestores da Unesp, Prefeitos e Deputados Estaduais que ocorreu no dia 21/junho na Alesp, com o propósito de promover a aproximação entre os atores da universidade e dos poderes executivo e legislativo, bem como, solicitar apoio para aprovação das emendas parlamentares que tratam do aumento da quota-parte das universidades estaduais paulistas.

Quadro 1

MÊS	ICMS LÍQUIDO PREVISTO	LIBERAÇÃO FINANCEIRA À UNESP	VALOR BRUTO DA FOLHA DE PAGAMENTO DA UNESP	NÍVEL DE COMPROMETIMENTO DAS LIBERAÇÕES COM A FOLHA
	EM R\$ 1,00	EM R\$1,00	EM R\$1,00	%
JAN	7.579.941.592	185.744.907	178.919.380	98,33
FEV	7.215.833.809	177.805.514	179.497.002	101,06
MAR	7.413.819.814	158.378.084	179.848.971	113,43
ABR	7.369.061.812	189.068.173	179.888.451	95,04
MAI	7.837.059.804	189.928.913	180.191.785	94,87
JUN	7.624.032.814	174.992.054	179.939.554	102,83
TOTA CUM.	44.839.748.645	1.075.713.625	1.077.885.103	100,20

O ICMS realizado em maio ficou R\$198,6 milhões abaixo do previsto, impactando em junho com uma dedução para Unesp de R\$4,65 milhões. Entre reduções e acréscimos, o valor acumulado de janeiro a junho é de R\$24,3 milhões positivos (quadro 2).

Quadro 2

MÊS/ANO	ORIGEM	UNESP			
JAN	Diferença Est./Fecham. Dez/2016	6.244.511	ABR	Diferença Est./Fecham. Mar/2017	14.401.478
	PEP+PEP Dec.61.625/15 Dez/2016	883.597		PEP Mar/2017	992.398
	Lei Kandir ref. Dez/2016	889.909		Lei Kandir	889.909
	Total	8.018.017		Total	16.283.785
FEV	Diferença Est./Fecham. Jan/2017	6.706.007	MAI	Diferença Est./Fecham. Abr/2017	9.230.147
	PEP Jan/2017	819.947		PEP Abr/2017	742.720
	Lei Kandir	889.909		Lei Kandir	889.909
	Total	8.415.863		Total	10.862.776
MAR	Diferença Est./Fecham. Fev/2017	(16.897.295)	JUN	Diferença Est./Fecham. Mai/2017	(5.384.126)
	PEP Fev/2017	551.622		PEP Mai/2017	725.578
	Lei Kandir	889.909		Lei Kandir	889.909
	Total	(15.455.764)		Total	(3.768.639)

Boletim Econômico – APLO/APE

Junho de 2017 – publicação Nº 2

As diferenças mês a mês explicitadas no Quadro 2 é resultado entre o ICMS efetivamente arrecadado (quadro 3, 4ª coluna) menos o ICMS previsto para efeito de liberação do mês (quadro 1, 2ª coluna). Por exemplo, referente a maio de 2017 (valor divulgado em junho, no quadro 3, 4ª coluna):

$R\$7.438.375.441,00 - R\$7.637.059.604,00 = -R\$198.684.163,00 \times 2,3447\% = -R\$4.658.548,00$
($-R\$5.384.126,00 + R\$725.578,00$ descrito no quadro 2, mês de junho).

Quadro 3

MÊS	DEFINITIVO (*)	PEP (**)	SOMA
JAN	7.865.948.614	34.970.240	7.900.918.854
FEV	6.495.174.470	23.526.332	6.518.700.802
MAR	8.028.033.730	42.325.142	8.070.358.872
ABR	7.762.721.639	31.676.558	7.794.398.197
MAI	7.407.429.985	30.945.456	7.438.375.441
TOTAL	37.559.308.438	163.443.728	37.722.752.166

* inclui arrecadação adicional do Programa de Parcelamento Incentivado-PPI.

** Programa Especial de Parcelamento-PEP

Resultado financeiro: janeiro a maio de 2017

A seguir, relacionamos os recursos financeiros disponíveis em caixa com os respectivos ingressos de receita e os pagamentos efetuados no período, após empenho e liquidação da despesa.

Os valores demonstrados são registros contábeis publicados no Diário Oficial do Estado e informados no endereço eletrônico, a seguir: <http://www.unesp.br/portal#!/prad/divisao-de-contabilidade-e-financas/contabilidade-e-financas/>

Com a diminuição da disponibilidade financeira em caixa, ao longo dos últimos cinco meses, fica demonstrado a incapacidade orçamentária e financeira de conceder reajuste salarial no corrente ano, aspecto já esclarecido pelo Cruesp nos comunicados de número 01 e 02/2017.

SALDO INICIAL EM JAN/2017

R\$320.495.657,86

+

INGRESSOS (RECEITA)

R\$999.834.645,12

-

PAGAMENTOS EFETUADOS

R\$1.059.909.092,26

=

SALDO FINAL EM MAIO/2017

R\$260.421.210,72

COMPOSIÇÃO DO SALDO
NO FINAL DO MÊS DE MAIO 2017

R\$140,7 MILHÕES
FONTE TESOURO

R\$72,0 MILHÕES
REC. PRÓPRIA

R\$47,7 MILHÕES
RECURSOS DE
CONVÊNIOS

SALDO
FINANCEIRO TOTAL
R\$260,4 MILHÕES